

As Ressonâncias da Toxicomania na Construção da Subjetividade

Drug Addiction Resonance to the Construction of Subjectivity

Isabela Lemos Arteiro¹, Ana Lúcia Francisco²

Universidade Católica de Pernambuco

Resumo

O presente artigo reflete, a partir de algumas características da realidade atual de nosso país, aspectos relacionados à toxicomania e certas ressonâncias na construção da subjetividade. Os processos identificatórios, sobretudo de crianças e adolescentes, tornam-se mais complexos quando considera-se que há uma fragilidade tanto da lei simbólica quanto da jurídica, buscando-se, para sua construção, outros referenciais. Neste contexto, a droga torna-se dispositivo de pertença e legitimação social que, associada à cultura dos excessos, em seus sentidos mais diversos, incita corpos e mentes a buscar, nas intensidades das sensações e experiências, formas de inclusão social e cultural. Este trabalho tem a pretensão de levantar questões sobre o papel e a postura do profissional de psicologia frente a esta situação-problema, bem como refletir acerca das medidas educativas e profiláticas voltadas a construções subjetivas que favoreçam estes processos identificatórios.

Palavras-chave: subjetividade, toxicomania, violência, sociedade, papel social.

Abstract

This paper reflects on some characteristics of present reality in our country, especially those related to drug addiction and their resonance to construction of subjectivity. The identificatory processes, especially on children and adolescents, become more complex when there is a weakening of the symbolic and juridical laws, thus leading to the search of other references for their construction. In this context drugs become agencies of belonging and social legitimation, which, associated with the culture of excess, in their several meanings, stirs up bodies and minds to seek, through intense sensations, ways of social and cultural inclusions. This work raises questions about the role and posture of the psychologist who faces this problem-situation, and reflects on the educational and prophylactic measures concerning the construction of subjectivity favorable to identificatory processes.

Keywords: subjectivity, drug addiction, violence, society, social role.

As demandas clínicas atuais vêm exigindo, de profissionais das mais diversas áreas, um novo olhar que possa contemplar o acirramento de alguns fenômenos, dentre eles o da toxicomania. Embora sempre presente na história da civilização, é inegável que, na atualidade, vem apresentando contornos bem diferentes daqueles já configurados anteriormente, merecendo, a nosso ver, reflexões e problematizações. Neste sentido, pretendemos conduzir uma discussão, visando contextualizar o momento sócio-histórico em que estamos inseridos, objetivando refletir acerca das ressonâncias da cultura contemporânea na produção e construção de subjetividades, entendidas como modos de ser, de sentir, de pensar, de agir e de desejar. Compreendemos que este questionamento convoca

os psicólogos clínicos a um posicionamento, sobretudo de natureza ética, frente aos sofrimentos contemporâneos que demandam por atenção e ações profiláticas.

¹ Mestranda do programa de mestrado de Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP. Psicóloga Clínica. Especialista em Psicanálise pela Universidade Católica Dom Bosco - Campo Grande - MS. Membro do Laboratório de Psicopatologia Fundamental e Psicanálise - UNICAP. Endereço para correspondência: Rua da Baixa Verde, 304, Apto 1504, Derby, Recife - PE. Telefone: (81) 3223.2332 / (81) 8862.5406. Endereço Eletrônico: isabelalemos@gmail.com

² Doutora em Psicologia Clínica pela PUC - SP. Pesquisadora da Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP. Psicoterapeuta. Líder do Grupo de Pesquisa em Psicologia Clínica - UNICAP. Membro do Comitê de Ética - UNICAP. Endereço para correspondência: Rua Doutor Geraldo de Andrade, 75, apto 1102, Espinheiro, Recife - PE. Telefone: (81) 3242.0319 / (81) 9978.5624. Email: ana.francisco@terra.com.br.³ Alguns autores, como Bauman (1998) a definem como Pós-modernidade; outros como Lipovetsky (2005) a caracterizam como hipermodernidade.

Em que pese as diferentes definições sobre as características da contemporaneidade³, não é intenção deste trabalho aprofundá-las. Tomaremos este período como posterior à modernidade, procurando entendê-la a partir de seu projeto, social e político.

Os ideários do projeto da modernidade, sustentados em seus princípios de regulação e distribuição de bens e de serviços e no princípio da emancipação dos indivíduos, buscavam garantir a toda população acesso à tecnologia (desenvolvimento) e à informação (educação). Entretanto, como sugere Souza Santos (1996), o excesso de promessas acabou por produzir um excesso de fracassos. O desenvolvimento, tão almejado, acarretou progresso, e a tecnologia dirigida à melhoria de qualidade de vida gerou riquezas para alguns e miséria humana, em todos os sentidos, para muitos. O desequilíbrio desses princípios acarretou, tal como indica o autor, uma hipertrofia tanto da tecnologia como do capital, em detrimento às necessidades da comunidade, a uma melhor distribuição de riquezas e ao desenvolvimento das artes. Os ideários propostos neste projeto degradaram-se, restando-nos uma versão subvertida: falamos de um capital a serviço de outros desdobramentos, tais como, o consumismo exacerbado, a construção de novos produtos pela máquina tecnológica, a construção de subjetividades voltadas para o ideal de uma melhor imagem.

Falamos em uma construção subjetiva atual, consequência do projeto da modernidade. Birman (2000a), ao tratar desta questão, em sua dimensão político-social, enfatiza que o século XXI faz parte de um momento “onde as ideologias redentoras do Iluminismo não têm mais qualquer apelo existencial, o desamparo do sujeito se recoloca, assumindo formas vigorosas e desesperantes” (p. 230). Em outras palavras, o ‘desamparo’ crescente seria o preço que o sujeito teve e tem de pagar pela aposta que fez em tal projeto (Birman, 2000^a, p. 123). O ‘desamparo’ seria a outra face da modernidade. Projeto que prometeu colocar o sujeito em uma postura de domínio absoluto do mundo e de suas idéias, mas gerou um sujeito à deriva, cativo de seu reiterado fracasso de fazer face às exigências desse mesmo projeto.

Vale citar o artigo intitulado “A experiência como intervalo para novas visibilidades” (Mello & Souza 2005), no qual os autores retomam dois conceitos importantes abordados por Benjamim (1985), que retrata o enfraquecimento – no sistema capitalista – da *experiência*, entendida como potência, para abertura de territórios existenciais

mais ricos (*Erfahrung*), em prol da *experiência vivida* (*Erlebnis*) ou meras vivências psicológicas, como podemos nomear, tendo por consequência a produção de modos psicológicos individualizantes:

Erfahrung se situa na interface entre o que é coletivo e o que é singular, entre o que é do conhecimento estabelecido pela tradição e aquele que irrompe, fazendo um furo no que se afigura como perfeitamente estabelecido. Já a *Erlebnis* é característica do indivíduo solitário da modernidade, pois, como vimos, os modos de subjetivação próprios do capitalismo privilegiam formas de relação consigo pautadas em modos psicológicos individualizantes, nos quais o coletivo se constitui como mero pano de fundo. (Mello & Souza, 2005, p. 65)

Dessa forma, há uma fusão que se faz difícil distinguir entre o ‘desamparo’ e a ‘solidão’ produtora de modos de subjetivação individualizantes. Na verdade, o que parece mais coerente afirmar é que estes mecanismos andam paralelamente e se influenciam mutuamente. Com efeito, para melhor compreendermos as ressonâncias da modernidade, na construção do sujeito, faremos uma breve retomada histórica no que constituiu esse período, cujas marcas estão presentes na atualidade.

A modernidade tem sua ascensão entre o Renascimento e o século XVII, principalmente a partir do paradigma cartesiano e das consequências que se seguiram a este. Para Facchinetti (2006):

Como ponto de partida, essa tradição tomou a certeza do sujeito para acessar cognitivamente a realidade e construiu a ciência como um sistema de saber, concebidas pelas ideologias do progresso como emancipação do homem frente à natureza e ao divino, fazendo-se marcar pelo centramento do sujeito no eu e na consciência. (p. 189)

Como propôs Koyré (citado por Facchinetti, 2006), a ciência, na era moderna, implicou uma reestruturação da metafísica ocidental: o homem passa a ser o centro do universo, senhor de suas ações e capaz de, pela razão, dominar, controlar e prever os fenômenos da natureza. “O discurso da ciência passou a ocupar a posição estratégica de produção e agenciamento da verdade, tornando a razão científica a marca distintiva do homem” (Facchinetti, 2006, p. 189).

Outra especificidade da Idade Moderna, que ainda reflete na atualidade, é a busca pela ordem e pela harmonia, excluindo, assim, toda situação, pessoa, conceito, prática que não condissesse a tal ordem. Assim, faz parte do projeto da modernidade a tentativa de regular ações e situações, no intuito de tornar os acontecimentos previsíveis, controláveis, eliminando tanto quanto possível a

³ Alguns autores, como Bauman (1998) a definem como Pós-modernidade; outros como Lipovetsky (2005) a caracterizam como hipermodernidade.

imprevisibilidade das coisas. A esse respeito, Bauman (2001) nos sugere:

Os primeiros sólidos a derreter e os primeiros sagrados a profanar eram as lealdades tradicionais, os direitos costumeiros e as obrigações que atavam pés e mãos, impediam os movimentos e restringiam as iniciativas. Para poder construir seriamente uma nova ordem (verdadeiramente sólida!) era necessário primeiro livrar-se do entulho com que a velha ordem sobrecarregava os construtores. (p. 10)

Além disso, o desenvolvimento tecnológico promovido pela modernidade coloca o sujeito diante de uma nova relação com a temporalidade: por um lado, aquilo que já conhecemos por aceleração ou escassez do tempo e por outro, uma cisão com o passado, fundando uma 'nova era' com leis e princípios próprios, ou seja, a produção permanente de produtos e de serviços é capaz de inovar, a cada momento esse sujeito, afastando-o do legado deixado por outras gerações. Há, ainda, a tentativa de se criar soluções perpétuas, com eficácia ao longo prazo e isentas de modificações posteriores. Nas palavras do autor:

As utopias modernas diferiam em muitas de suas pormenorizadas prescrições, mas todas elas concordavam em que o "mundo perfeito" seria um que permanecesse para sempre idêntico a si mesmo, um mundo em que a sabedoria hoje aprendida permaneceria sabia amanhã e depois de amanhã, e em que as habilidades adquiridas pela vida conservariam sua utilidade para sempre. (Bauman, 1998, p. 21)

Na medida em que não havia lugar para os afetos, a contingência, a subjetividade, esse projeto inaugura, também, a distinção entre o público e o privado, havendo, entretanto, uma profunda relação entre a vida pessoal e a coletiva, garantindo ao sujeito segurança e estabilidade. Como acrescenta Bauman (1998): "Havia, assim, um vínculo firme e irrevogável entre a ordem social como projeto e a vida individual como projeto, sendo a última indispensável sem a primeira" (p. 31). Os esforços coletivos, representados por instituições e autoridades não permitiam que os indivíduos ficassem à mercê de suas necessidades e escravos de seus impulsos, já que atuavam como dispositivos de vigilância e controle. Como sugere Padilha (2001):

Tanto filosófica como economicamente, a concepção clássica da modernidade, define-a como triunfo da razão, como libertação e como revolução, buscando sempre a unidade da construção de um sistema social auto-produzido, auto-controlado e autoregulado. (p. 20)

A tentativa de produzir um equilíbrio entre o pilar da regulação e o da emancipação contidos no projeto da modernidade, tal como mencionado, pode ser considerado como um dos objetivos do Liberalismo⁴. Sua proposta era de garantir a livre expressão da singularidade em consonância à circulação da cultura e da economia gerada pela igualdade de direitos e deveres. Embora não seja objetivo deste artigo aprofundar os princípios do liberalismo, seja em seus aspectos sociais, políticos ou econômicos, sua inserção se deve tão somente com o objetivo de refletir as ressonâncias por ele produzidas no campo das subjetividades. Neste sentido, a título de exemplo, podemos dizer que, em seus princípios, mesmo concedendo direito à discordância dos credos ortodoxos e das autoridades estabelecidas, paralelamente, responsabilizava, unicamente, o indivíduo por suas escolhas, muitas vezes não oferecendo suporte para a sua realização.

Constata-se, não por acaso, que uma das conseqüências desse modelo é a crescente retração das responsabilidades do Estado, deslocadas, freqüentemente, para as esferas individuais. O aumento de profissionais liberais na contemporaneidade é reflexo dessa liberdade e autonomia nas carreiras, provocando, por sua vez, desafios quase intransponíveis para inserir-se no mercado de trabalho e sofrimentos relacionados à profunda insegurança e ameaça quanto à subsistência, comuns na realidade brasileira.

Os cenários de esperanças e utopias começam a não mais se sustentar dando lugar a um profundo sentimento de desamparo, freqüente na atualidade e responsável por diversas modalidades de sofrimentos psíquicos. Paradoxalmente, deparamo-nos com uma sociedade em que este sofrimento e vestígios de fragilidade humana não são autorizados e suportados.

Com a modernidade o racionalismo valorizou o sujeito da razão e da consciência, posicionando o *Eu* em um lugar central na civilização. Entretanto, não se trata de 'qualquer sujeito', mas sim aquele que responde ao ideal de perfeição, 'imaculado', ou seja, sem marcas, sem defeitos. Parece-nos que o homem da modernidade tornou-se um 'produto', passível de inspeção ou controle de qualidade para ser legitimado e aceito, segundo as demandas sociais. Para citar um exemplo, tomemos aqueles profissionais que, por não atingirem o nível de "excelência" exigido pelas organizações, são dispensados sem justa causa de seus trabalhos, permanecendo marginalizados e estereotipados como incompetentes.

⁴ Doutrina cujas origens remontam ao pensamento de Locke (1632-1704), baseada na defesa intransigente da liberdade individual, nos campos econômico, político, religioso e intelectual, contra ingerências excessivas e atitudes coercitivas do poder estatal (Houaiss, Dicionário Eletrônico).

Nota-se que é, portanto, da ameaça do ‘desamparo excessivo’ que o sujeito quer se livrar a todo custo. Nesse sentido, uma de suas tentativas é ir de encontro aos apelos do outro a fim de não perder o seu amor, seja o Outro materno⁵, descrito pela psicanálise, ou, neste contexto, o Outro social. Evidentemente, não será possível que se alcance o ideal desejado pela civilização, isso porque, como já dissemos, trata-se de um ideal de perfeição. Como consequência, esbarramos, na atualidade, com corpos perambulando pela vida, tomados por um insuportável sentimento de frustração e decepção direcionados a si próprio. Podemos, então, falar de uma tentativa de superação do mal-estar em seu duplo sentido: por um lado, o mal-estar constituinte, do qual o sujeito nunca se livrará, e para o qual busca formas de manejo e, por outro, um mal-estar fruto da incapacidade de responder, à altura, às exigências sociais.

Como forma de deslocar-se da perturbada condição em que vive o sujeito, produzem-se diferentes modalidades de se constituir no mundo, seja pela via da violência, do poder exercido sobre o outro ou do estado nirvânico obtido por um tóxico. A esses modos de constituição e de apresentação, recorremos ao conceito cunhado por Michel Foucault (1970) como *modos de subjetivação*. Segundo o filósofo francês, se compreende modos de subjetivação como um processo pelo qual nos constituímos sujeitos. Guattari e Rolnik (1993) aproximam-se desse conceito ao definirem a construção da subjetividade a partir de um campo de forças de diferentes níveis, ou ainda “produzida por agenciamentos de enunciação”⁶ (p. 31).

Constituído por este campo de forças são muitas as alternativas que o sujeito lança mão para suportar os sentimentos intoleráveis que o pressionam. Nos últimos dez anos, para citar um exemplo, cresceu, consideravelmente, a venda de livros de auto-ajuda como uma tentativa de *responsabilização do eu*, intitulada por Birman

(2000a) como modernismo. Para o autor, o modernismo é quase uma inversão nos eixos que norteiam a modernidade, em que o ‘Eu’ e a consciência não são considerados origem, mas, sim, destino. Com isso, há uma ênfase na responsabilização do sujeito pelos impasses e conseqüências de sua existência, funcionando como uma autoconsciência e revelando aquilo que estava oculto, mas que, ao mesmo tempo, era-lhe imanente. Nas palavras do autor:

O modernismo é o sintoma da modernidade, o que faz retornar de forma trágica o que esta quis recusar com as pretensões do sujeito de ser autônomo e soberano, isto é, auto-centrado nos registros do eu e da consciência. É nestes termos que os significantes auto-consciência e crítica devem ser considerados: entrelaçados na tessitura do sintoma, ou seja, daquilo que se impõe e que retorna de maneira inapelável para a cena do mundo. (Birman, 2000, p. 122)

Como bem sabemos, a era moderna é conhecida pela tentativa de regulação e de supressão, de renúncia forçada e, nesse sentido, o mal-estar estaria supostamente relacionado com o “excesso de ordem” (Bauman, 1998) e escassez de liberdade. No entanto, paradoxalmente, o que se assiste é a uma imersão na ‘desordem’ e em uma pluralidade de referências, produzindo a utopia de uma irrestrita liberdade. A idéia de excesso está presente nas diversas facetas da vida humana, dentre elas, na política, na economia, nas questões sociais, na mídia e, principalmente, naquilo que é do nosso maior interesse, nos limites do corpo. Corpo excessivamente estimulado em níveis superiores à sua capacidade de suportar. Em consequência, nos deparamos, ainda, com o sujeito, também, ‘excessivamente’ insatisfeito. Dessa forma, faz sentido o que o jurista Miguel Reale Junior⁷ (2005) nos aponta:

Temos uma sociedade de massificação, de uniformização, de entretenimento e de profunda decepção com tudo o que se apresenta. Nunca o homem teve tantas condições de se libertar da moral heterônoma, das imposições moralistas da Igreja, dos usos e costumes; nunca teve tanta possibilidade de encontrar a sua felicidade independentemente de padrões rígidos e de repressões e, no entanto, ele é infeliz. Nunca esteve tão a ponto de vencer as dificuldades da natureza por meio da tecnologia, no desenvolvimento da biotecnologia, da medicina e nunca tantas vitórias obteve contra as doenças; no

⁵ Dicionário de Psicanálise – Outro materno (com letra maiúscula): Termo que “determina o sujeito, ora de maneira externa a ele, ora de maneira intra-subjetiva em sua relação com o desejo” (Roudinesco, 1998, p. 558). O Outro materno é o lugar onde se constitui o sujeito e o determina na trama do desejo. É o primeiro objeto de amor da criança, seu elemento identificatório, a que se refere durante sua vida! “O Outro é o lugar em que se situa a cadeia do significante que comanda tudo que vai poder presentificar-se do sujeito, é o campo desse vivo onde o sujeito tem que aparecer. E eu disse – é do lado desse vivo, chamado à subjetividade, q se manifesta essencialmente a pulsão” (Lacan, 1998, p. 193).

⁶ “A subjetividade é produzida por agenciamentos de enunciação. Os processos de subjetivação, de semiotização – ou seja, toda produção de sentido, de eficiência semiótica – não são centrados em agentes individuais (no funcionamento de instâncias intrapsíquicas, egóicas, microsociais), nem em agentes grupais. Esses processos são duplamente descentrados” (1993, p. 31)

⁷ Este ponto de vista é parte de um debate envolvendo profissionais como: Jorge Forbes, Miguel Reale Junior, Tércio Sampaio Ferraz Junior, Gilles Lipovetsky, Ucho Carvalho, entre outros, do qual foi originado o livro: Forbes, Jorge; Junior, Miguel Reale & Junior, Tércio Sampaio Ferraz (orgs). (2005). *A invenção do futuro: um debate sobre a pós-modernidade e a hipernormatividade*. Barueri, SP: Manole.

entanto, o homem é marcadamente insatisfeito. (p. 22)

Na perspectiva deste autor (2005), tal insatisfação pode estar diretamente ligada ao fato de que a busca de significado para a vida, na atualidade, reside, exclusivamente, em opções pessoais e não mais em um consenso coletivo. “Cada um tem obrigatoriamente que decidir sobre si mesmo, hoje. Não existe mais uma moral heterônoma. O social perdeu a capacidade de trazer realizações no plano pessoal” (Reale Junior, 2005, p. 23). Esta afirmação sustenta a hipótese lançada no contexto deste trabalho, acerca do sujeito desamparado e sem referências para conduzir a sua vida, voltando-se, conseqüentemente para o efêmero, o fugaz e a busca pelo excesso de sensorialidades. Além disso, observa-se a fragilização de instâncias informais de controle social como a família, que vem perdendo o lugar de formação ou conformação de valores para a constituição do sujeito social. Ao que tudo indica, a conformação de valores vem sendo substituída por uma sociedade de controle sobre os corpos e sobre a vida (Deleuze, 1992).

A fim de abster-se da responsabilização que lhe é lançada, o sujeito tenta encontrar escapes ou linhas de fuga. Como diz Freud, “não existe uma regra de ouro que se aplique a todos: “Todo homem tem de descobrir por si mesmo de que modo específico ele pode ser salvo” (Freud, 1930, p. 103). Afirma, ainda, ousadamente, e sem restrições, que, “contudo, os métodos mais interessantes de evitar o sofrimento são os que procuram influenciar o nosso próprio organismo. O mais grosseiro, embora também o mais eficaz, desses métodos de influência é o químico: a intoxicação” (p. 96).

Droga – Uma coadjuvante no cenário da contemporaneidade

O tóxico, independente de objeto e forma, apresentado como folha, pó, comprimidos, inalado, injetado ou ingerido esteve sempre presente na civilização humana, servindo ao sujeito como subterfúgio para suportar angústias e sofrimentos, ou mesmo, para a busca de intensidades. A história dos povos antigos indica a presença de inúmeros rituais em que algum tipo de droga alucinógena era utilizada como forma de acessar as divindades, produzindo mudanças no nível de consciência normal. Na verdade, não é a presença da droga que colocamos, em questão, mas a sua significação na construção da subjetividade na sociedade atual. Corroboramos com Birman (2000b), ao mencionar a função específica que o tóxico tem no presente cenário:

Com efeito, nessa versão da atualidade, o que orienta o indivíduo é a busca desesperada de uma poção mágica que impossibilite o reconhecimento do sofrimento inerente à existência, impedindo, então, a constatação das desilusões que a vida inevitavelmente provoca em qualquer ser humano, de forma que o sujeito possa existir em um estado nirvânico⁸. (p. 202)

A droga, no contexto em que estamos tratando, não responde aos ideais de simbolização como nos usos ritualísticos, mas serve a uma emergência de *excitação pura* (Birman, 2000, p. 237) a fim de tirar o sujeito do encontro com sua impotência. Um dependente em recuperação relatou, para nossa pesquisa⁹, sua experiência em festas *Raves*¹⁰ dizendo: “Há uma perfeita harmonia entre o ácido que se toma, a música eletrônica e o movimento do corpo dando uma sensação insubstituível. Coloca o cara em um outro plano”¹¹.

Em outros termos, a presença crescente de drogas em uma parcela considerável da juventude pode estar sinalizando a necessidade de adentrar em um outro plano de sensações, renunciando, à sua maneira, ao institucionalmente constituído. Não se trata, evidentemente, de generalizações; todavia não se pode enganar que o consumo de tóxicos é ascendente em todas as classes sociais. Nesses termos, convém distinguirmos usuários e dependentes de drogas, a fim de posicionar o leitor quanto às diferentes realidades referentes ao uso de entorpecentes.

Existem aqueles denominados ‘usuários recreativos’, que dizem fazer uso esporádico da

⁸ Princípio do Nirvana: “A tendência dominante da vida mental e, talvez, da vida nervosa em geral, é o esforço para reduzir, para manter constante ou para remover a tensão interna devida aos estímulos (o ‘princípio do Nirvana’, para tomar de empréstimo uma expressão de Barbara Low [1920:73]), tendência que encontra expressão no princípio de prazer, e o reconhecimento desse fato constitui uma de nossas mais fortes razões para acreditar na existência dos instintos de morte” (Freud, 1920, p. 66).

⁹ Pesquisa de Mestrado, em andamento, em Psicologia Clínica no Programa de Pós-Graduação da Universidade Católica de Pernambuco, intitulada: O Corpo na Toxicomania: Uma primazia da sensação?

¹⁰ *Raves* - o nome significa euforia, delírio, continuidade. As festas geralmente acontecem em chácaras e sítios, começando à noite e só terminando no dia seguinte. As Raves são embaladas por música *tecno* e decorações extravagantes, com raios laser coloridos e efeitos visuais. Normalmente a festa começa a valer às 2 horas da madrugada, tendo seu ápice em torno das 5h, mas só termina mesmo na tarde do dia seguinte, levando os frequentadores à exaustão. Alguns organizadores dão preferência para locais de difícil acesso, o que facilita o consumo de alguns tipos de drogas, entre elas o *ecstasy*. É comum ver os frequentadores “turbinados” tomando muita água e usando óculos escuros para evitar a claridade. Como a droga aumenta a sede do usuário, o consumo de água é exagerado. Por isso as garrafas de 200 ml chegam a custar cinco reais, sendo uma das maiores fontes de lucro da festa. Disponível em: <http://www.maxi-in.com.br>. Acesso em dezembro de 2006.

¹¹ ‘Relato coletado em 19 de dezembro de 2006 em Clínica de Recuperação como material para fins científicos.

droga de preferência. Geralmente são jovens que, nos finais de semana, tomam drogas sintéticas em festas, ou que, por vezes, excedem na dose de álcool. Quando vêm à clínica, no curso da análise, a questão do uso emerge, mas sem criar demanda de trabalho ao sujeito, pois afirmam lidar bem com isto e não se consideram dependentes e, tão pouco, manifestam o desejo de suspensão – querem apenas ‘curtir um barato’. Consideramos que existem indivíduos que podem fazer uso de ‘certas drogas’ e não serem ameaçados à síndrome de dependência. Porém, não podemos desconsiderar que podem ser ‘toxicômanos em potencial’, já que a linha entre o uso e a dependência é um tanto frágil. Há, ainda, outro grupo caracterizado pela incapacidade de cessar o abuso de substâncias e a ordem imperativa da compulsão que lhes impõe a busca incessante de sempre ‘*mais uma*’. Compreendemos que o grupo dos usuários se constitui por não se valer da droga como razão de sua existência. Já os toxicômanos são compelidos por uma força maior que impede que eles digam “não” ao imperativo do desejo. Assim, o uso contínuo torna-se o valor soberano de sua existência (Birman, 2000). Nesses casos, acontece o que se denomina dependência físico-psíquica. Há na dependência física, um processo de adaptação do corpo do toxicômano ao tóxico, e dessa forma, faz-se necessário o aumento das doses de droga para conseguir o efeito desejado, determinando a considerada síndrome de dependência. Todavia, além dessa questão relativa ao corpo, outros aspectos relacionados à presença da droga merecem discussões e reflexões que incidem, diretamente, no corpo social e na construção da subjetividade.

O primeiro reside na influência do tráfico sobre crianças em camadas menos favorecidas da população e nos modelos identificatórios que esses menores vão introjetando. Neste contexto, os traficantes adultos são vistos como heróis e exercem forte influência sobre os menores, já que foram ‘bem-sucedidos’ quando passaram da delinquência de ‘pequenos’ atos infratores para o crime organizado. Desde esta perspectiva, poderíamos afirmar que existe uma ética muito particular na favela regendo a construção da subjetividade. Na maioria dos casos, crianças e adolescentes, ao invés de serem conduzidos pelo sonho de estudarem e ingressarem em uma universidade tem como referencia outros critérios de seleção e capacitação para a inserção no mundo, parecendo que a única via possível de ascensão social e financeira se dá pelo crime. Lembremos de um exemplo bastante atual do traficante mexicano Ernesto Plascência San Vicente¹², preso no Brasil no dia 19/07/2006, tendo seus bens avaliados em

US\$ 30 milhões. Este tipo de ‘profissão’ tornou-se rentável à custa daqueles que lançam mão do tóxico como fonte de alívio e bem-estar e, uma vez dependentes, não conseguem dizer não à força imperativa do desejo. Com efeito, em se tratando da toxicomania, os maiores prejudicados são os consumidores desta grande fábrica de ilusões que a droga se tornou. Aqueles que imaginam terem solucionado suas dores ou busca de prazer pela via do tóxico acabam caindo na armadilha de serem ainda mais controlados pelo poder químico que a mesma efetua no corpo e, muitos, não sabem como sair disso.

O segundo aspecto diz respeito à grande capacidade articuladora no interior dos presídios, de onde partem as ordens para a desestabilização dos poderes públicos e do aparato policial, gerando atos de violência social e, conseqüentemente, profunda insegurança e impotência na população. A percepção que se tem é a de que, por falta de políticas públicas direcionadas a reeducação presidiária, o Estado contribui fornecendo condições para o crime organizado. Isso remete a um problema que Freud (1930) já nos apontou no século passado, quanto à questão da função da sociedade. Para ele, a sociedade deveria ter uma função controladora, possibilitando modos de melhor direcionamento das pulsões. Mas o que se vê é a pulsão de morte materializada, concretizada em praça pública, através das barbáries a que assistimos diariamente, enquanto a sociedade paralisada (provavelmente de medo) pouco reage diante de tais problemáticas. Embora não seja intenção deste trabalho uma análise mais aprofundada dessas questões, ressaltamos que a segurança e a justiça, em nosso país, não podem deixar de ser questionadas, sobretudo se atentarmos para o excessivo desamparo vivido pelas pessoas frente a esse estado de coisas.

Diante do exposto nos confrontamos com indivíduos que, por um lado, estão implicados com um pacto social e, conseqüentemente, com as forças do superego; de outro, com sujeitos invadidos pela força da pulsão de morte, gerando destrutividade. A pulsão de morte, definida por Freud como um poder demoníaco e que efetua de forma silenciosa um trabalho destrutivo, recusa-se à ordem civilizatória. Frente a este cenário, uma questão não se cala: que medidas têm sido tomadas diante da problemática da droga e da violência em nosso país, visto que não se trata, apenas, de um fenômeno particular? A problemática da droga, objeto de discussão deste trabalho, tornou-se um problema de saúde pública, gerando mortes por *overdose*, acidentes automobilísticos, tráfico, violência e um alto índice de criminalidade.

O espaço de atuação – uma rede de saberes.

¹² Exibido pela Rede Globo no Jornal Nacional em 20 de julho de 2006.

É nosso objetivo contribuir com reflexões que nos possibilitem pensar acerca das medidas já adotadas, na medida em que compreendemos, sem desmerecê-las, que elas tendem, apenas, a ver ‘a ponta do *iceberg*’ e desviar-se dos fundamentos de sua problemática. O fenômeno da toxicomania precisa ser discutido através de uma ‘rede de saberes’, envolvendo todos aqueles que se dizem parte do contexto social. A prevenção primária, por exemplo, não deve ser realizada, apenas, através de projetos educacionais nas escolas, mas precisam envolver outros dispositivos como a família e a mídia, por exemplo. Entendemos que fazer prevenção não é apenas esclarecer a respeito dos malefícios do uso de drogas, mas, antes disso, trata-se de proibir a veiculação de propagandas que a associam à pura experiência de prazer e sucesso pessoal.

No que tange a isso, vale refletir a respeito da posição do clínico que, muitas vezes, irá se ater ao problema, somente, a partir do momento que recebe algum cliente com tal demanda. Corroboramos com a crítica feita por Joel Birman (2000b) quando afirma que a psicanálise, como discurso, perdeu suas dimensões ética e política, ficando restrita a uma mera perspectiva terapêutica e deixando de lado a harmonia do sujeito no campo social, o que poderia ser uma de suas finalidades. Hoje, a psicanálise não pode furtar-se a esta demanda, é preciso ocupar um novo espaço e produzir um discurso sobre a questão do social, posicionando-se frente a essas formas de subjetivação que se apresentam na atualidade. Parece-nos urgente, então, que interroguemos de um outro lugar, para problematizar, inclusive, os recursos teóricos que nos apóiam.

Não há como negar que a elaboração teórica freudiana sobre a civilização foi recebida com restrições por uma grande parte de pensadores, inclusive pelos pós-freudianos, que o julgam um texto, eminentemente, pessimista. No entanto, o que Freud (1930) enfatiza, em seu artigo “O mal-estar na civilização” é que o sujeito não se verá livre dos conflitos que o perturbam, mas que terá de manejar por toda sua vida com a luta que se estabelece entre os registros da pulsão e o da civilização. Com isso, Freud funda uma nova perspectiva não indicando cura ou solução para esse entrave, mas, sim, um gerenciamento dos pólos que se opõem. Essa concepção, ou seja, a de gerenciar o conflito é fortemente refutada pela classe cientificista, visto que visam saídas e alternativas imediatas, cientificamente comprovadas e mensuradas, que permitam ao sujeito extinguir o problema e o mal ao qual se vê submetido.

No contexto atual, de uma sociedade de excessos, é como se estivéssemos diante do não interpretável, daquilo que nos escapa. Em que pesem discussões sobre as falhas nos códigos penal

e civil, parece-nos que há, sobretudo, enfraquecimento da lei simbólica¹³. Nesse sentido, a falta de limites, a ideologia que perpassa no slogan: “*Viver sem fronteiras*” orienta o sujeito para uma ilusão de tudo poder e, dessa forma, nem o direito, nem a lei é capaz de frear.

Vale salientar que a lei 11.343, de 23 de agosto de 2006 institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD. Contudo, o que colocamos em questão é a aplicabilidade, visto que a mesma contempla medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Em tese, a lei está muito bem fundamentada nos princípios de reeducação e reinserção do dependente, não cabendo mais, em hipótese alguma, a sua condenação a pena privativa de liberdade, considerando que o usuário não representa à sociedade um real perigo. No capítulo II da mesma lei, o tráfico ilícito de entorpecentes é tido como um crime de perigo abstrato, ou seja, independente da prova dessa probabilidade de dano. Com certa frequência acompanhamos, por meio da mídia, as buscas e apreensões de drogas em todo o território brasileiro, todavia, não deixa de ser comum a presença dos próprios policiais como comandantes das quadrilhas envolvendo roubos e tráficos de drogas¹⁴. É nesse sentido que problematizamos a aplicabilidade da lei e reiteramos o questionamento acerca da gradual perda de eficácia da lei simbólica.

Em ‘O Mal-Estar na Civilização’, Freud (1930) afirma que a sublimação seria um destino pulsional que atenderia às exigências psíquicas e civilizatórias, tal como uma negociação que intensificaria a produção do prazer a partir das fontes de trabalho psíquico e intelectual. Aqui se expressariam, por exemplo, “a alegria do artista em criar, em dar corpo às suas fantasias ou a do cientista em solucionar problemas ou descobrir verdades” (Freud, 1930, p. 98). No entanto, como despertar um trabalho de produção artística em meio a uma realidade caótica? Diferentemente de classes mais abastecidas, a criança da favela não brinca; ela é parte da luta pela sobrevivência ao caos social, servindo, desde cedo, como “laranja” ou “aviãozinho” para os mais velhos do tráfico de drogas, encontrando aí saída para o desamparo a que está exposta.

¹³ Na perspectiva laciana, a lei simbólica ou o significante Nome-do-Pai é compreendido como uma função de corte e de lei para que o sujeito se constitua como ‘um ser de falta’.

¹⁴ Para citar um exemplo, em maio de 2007, foi divulgado pela Rede Globo o envolvimento do policial Júlio César de Almeida como comandante de uma quadrilha que roubava carros e revendia as peças, usando as mesmas como esconderijo para o transporte de drogas.

Segundo Arendt (1969):

Violência e poder seriam termos opostos, pois é na desintegração do poder que se propicia a violência. A glorificação da violência ocorreria em função da frustração da faculdade de agir no mundo, tendo suas raízes na burocratização da vida pública e na vulnerabilidade dos grandes sistemas que seca as possibilidades de criação. O decréscimo do poder pela carência da capacidade de agir em conjunto seria um convite à violência, e aqueles que perdem essa capacidade, governantes ou governados, dificilmente resistem à tentação de substituir o poder pela violência. É o caso do aumento da ineficiência da polícia acompanhado do aumento da brutalidade de sua ação. (p. 43)

Percebe-se, na contemporaneidade, que as instituições, em parte responsáveis pela coerção das forças pulsionais, necessária à manutenção da vida coletiva, vêm se fragilizando gradualmente. Paralelamente, cada vez mais, a educação de crianças e adolescentes é delegada às escolas e à mídia que, por sua vez, também, não conseguem desempenhar a demanda educativa que lhes é dirigida. Os meios de comunicação, por exemplo, através de propagandas e programas a eles veiculados apresentam signos que induzem a valores nos quais o humano passa ser visto de forma coisificada, sujeito a satisfações voltadas ao consumo e ao culto do corpo como elementos centrais. Nesses termos, a mídia, principalmente, estaria desempenhando importante função na construção subjetiva, ocupando, assim, o lugar que fora, tradicionalmente, do Estado e da família. Fischer (2002) ressalta o poder dos meios de comunicação em nossa sociedade atual:

Mais do que inventar ou produzir um discurso, a mídia reduplica-lo-ia, porém, sempre a seu modo, na sua linguagem, na sua forma de tratar aquilo que “deve” ser visto ou ouvido. (segundo seus interesses – grifo nosso). Isso quer dizer, então, que ela também estaria simultaneamente replicando algo e produzindo seu próprio discurso, sobre a mulher, sobre a criança, sobre o trabalhador (...) (sobre o álcool e as drogas – grifo nosso). (p. 86)

De fato, os meios de comunicação de massa, com suas estratégias eficazes, levam para o mercado não apenas um produto ou serviço, mas uma cultura, uma filosofia. Através dos bens de consumo, são apresentadas formas de viver que se tornam padrões, a ponto de produtos supérfluos tornarem-se vitais para a sobrevivência. Em outras palavras, o mercado atual sabe como gerar necessidade para que alguns bens de consumo tornem-se essenciais e indispensáveis. Vale salientar, que os produtos que ganham notoriedade e evidência não são mais aqueles que se destacam por sua confiabilidade e durabilidade, e sim, os

transitórios e fugazes, aqueles que amanhã já são conhecidos como ‘ultrapassados’, dada à rapidez da evolução tecnológica. No *espírito de consumismo*, atual, evita-se o durável e deseja-se o transitório (Bauman 1998, p. 35).

Diante do cenário apresentado, é possível pensar que nossa implicação, enquanto profissionais de saúde, nos trabalhos sociais, dirige-se, essencialmente, à elaboração de práticas educativas e profiláticas, seja no âmbito das Organizações Governamentais como das não Governamentais. Vale ressaltar que muitas iniciativas, nesta direção, já vêm sendo tomadas e consideradas bem sucedidas, levando para uma grande parcela de crianças e adolescentes, cujo futuro poderia ser a droga e/ou a violência, perspectivas de pertença, cidadania e realização profissional.

A esse respeito, podemos citar a realização do Manifesto Nacional denominado *Movimento Propaganda sem Bebida*¹⁵. Implicados neste movimento estão as entidades médicas e ligadas à saúde, que apóiam a Política Nacional sobre o Álcool anunciada pelo Governo Federal e as medidas que serão implementadas pelo Ministério da Saúde e pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Dentre estas entidades destacam-se o Conselho Federal de Medicina, Associação Brasileira de Psiquiatria, Associação Brasileira dos Estudos do Álcool e outras Drogas (ABEAD), Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (CEBES) e sindicatos médicos. Somam-se a elas outras 350 entidades que compõem este movimento.

Esta é uma ação que visa um trabalho de conscientização do governo e que toca na representação social que se tem do álcool. É sabido que o alcoolismo é a terceira doença causadora de mortes no Brasil, seja em virtude de doenças decorrentes da mesma, seja por acidentes automobilísticos ou violência doméstica. E, mesmo assim, a televisão brasileira, por interesses econômicos, continua priorizando os horários nobres para fazer apologia do prazer relacionado ao álcool. A proposta do movimento é que o consumo de bebidas alcoólicas seja tratado devidamente como um grave problema de saúde pública, com a adoção de iniciativas voltadas a reduzir e prevenir os danos à saúde e à vida, bem como as situações de violência e acidentes associados ao uso abusivo do álcool. Uma de suas metas é a aprovação de legislação junto ao Congresso Nacional que restrinja a publicidade de álcool nos meios de comunicação e em eventos esportivos, culturais e

¹⁵ Acesse o site <http://www.propagandasmbebida.org.br> para maiores informações.

sociais, semelhante à legislação atual que restringe as propagandas de cigarro.

Outra medida que vem sendo devidamente aplicada desde julho de 2002, é a *Lei Seca*, realizada no Município de Diadema - SP, atestando uma fórmula de sucesso em 5 anos de realização. A lei impede a venda de bebida alcoólica nos bares após as 22h. Desde que a lei entrou em vigor, a taxa de acidentes de trânsito diminuiu 30% e o número de homicídios, segundo especialistas, 80%. O município era considerado o mais violento do estado de São Paulo, apresentando, em 2000, o registro de 238 homicídios, contra 78, no ano passado. Outra evidência, a partir da determinação da lei, foi a redução considerável da violência doméstica. Segundo a secretária de Defesa Social, Regina Miki:

Acredito que devemos isso ao trabalho de fiscalização. Não basta dizer não, mas educar e acompanhar se a medida está sendo cumprida. Já notificamos 2.115 bares, multamos 238 e lacramos 15. É claro que outras medidas também favoreceriam o combate ao consumo exagerado do álcool, como o aumento do preço, mas isso requer ações por parte do governo, assim como as relacionadas à restrição da propaganda¹⁶.

No que diz respeito a medidas educativas e profiláticas voltadas a outras drogas, vêm ganhando notoriedade trabalhos comunitários que visam à inserção de crianças e adolescentes em atividades esportivas e culturais. A magnitude dessas ações envolve equipes interdisciplinares e a sociedade como um todo, em uma rede de ações e saberes, cujo objetivo último dirige-se à oferta de caminhos para a construção de cidadania.

Sabemos que esta construção não se realiza a curto prazo; mesmo assim, propostas e alternativas para fazer face a essas problemáticas tornam-se urgentes, hoje. Trata-se de uma questão que demanda por atenção a partir de diferentes olhares. Desde este ponto de vista, abordar a dependência química apenas como um "Transtorno Relacionado a Substâncias", tal como indica a classificação do CID-10 (Kaplan, Sadock & Greeb, 1993), acarreta uma visão disjuntiva do dependente. A cura de uma determinada "doença" requer a percepção do ser humano como um todo, o que inclui influências ambientais, relações com a família, com o trabalho e o contexto social e econômico em que se está inserido. Na compreensão dos problemas relacionados à drogadição o enfoque global é imprescindível. Por isso, esperamos que nossa discussão possa gerar uma interlocução com outros autores que, assim como nós, também se

empenham em problematizar as ressonâncias da toxicomania na construção da subjetividade.

Referências

- Arendt, H. (2001). *Sobre a violência* (1ª ed.). Rio de Janeiro: Relume-Dumara.
- Bauman, Z. (1998). *O mal-estar na pós-modernidade* (1ª ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade Líquida*. (1ª ed.) Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Birman, J. (2000a). A psicanálise e a crítica da modernidade. In R. Herzog (org). *A psicanálise e o pensamento modern* (pp. 109-130). Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Birman, J. (2000b). *Mal-estar na atualidade: as novas formas de subjetivação* (2ª. ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Deleuze, Gilles. (1992). *Conversações*. Tradução Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- Facchinetti, C. (2006 Jan-Mar). Aprendendo a ser médico: investigações antropológicas sobre a cultura moderna na prática hospitalar. In *História, ciência e saúde* 13(1), 189-92.
- Fischer, R. M. B. (2002). Problematizações sobre o exercício de ver: mídia e pesquisa em educação. In *Revista Brasileira de Educação*, n. 20, 83-94. Disponível em: www.scielo.com.br. Acesso em 27 de dezembro de 2006.
- Foucault, M. (2005) *A ordem do discurso* (9ª. ed.). São Paulo: Ed. Loyola (Originalmente publicado em 1974).
- Freud, S. (1974). *O Mal-estar na Civilização*. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas, Vol. 21. Rio de Janeiro: Imago pp.81-171, 1974 (Originalmente publicado em 1930).
- Guattari, F. & Rolnik, S. (1993). *Micropolítica - Cartografias do desejo*. (3ª. ed.). São Paulo: Vozes.
- Junior, M. R. (2005). Constituições culturais: a razão e o afeto na política. In J. Forbes, M. R. Junior & T. S. F. Junior (orgs). *A invenção do futuro: um debate sobre a pós-modernidade e a hipermodernidade* (pp.21-40). Barueri, SP: Manole.
- Junior, T. S. F. (2005). Possibilidades virtuais da realidade: ontem e hoje. In J. Forbes, M. R. Junior & T. S. F. Junior (orgs). *A invenção do futuro: um debate sobre a pós-modernidade e a hipermodernidade* (pp.95- 122). Barueri, SP: Manole.
- Lacan, J. (1998). *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*; texto estabelecido por Jacques Alain Miller; tradução de MD Magno (2ª. ed.). Rio de Janeiro: Jorge

¹⁶ O relato é extraído da reportagem *Lei Seca é exemplo para o Brasil*, divulgada no Boletim Eletrônico ACCA/ Propaganda sem Bebida.

Zahar Ed.

Lipovetsky, G. (2005). O limite do corpo, o limite. In J. Forbes, M. R. Junior & T. S. F. Junior (orgs). *A invenção do futuro: um debate sobre a pós-modernidade e a hipermodernidade*. (p.123 - 150). Barueri, SP: Manole.

Lipovetsky, G. (2005). Possibilidades virtuais da realidade: ontem e hoje. In J. Forbes, M. R. Junior & T. S. F. Junior (orgs). *A invenção do futuro: um debate sobre a pós-modernidade e a hipermodernidade* (pp.95- 122). Barueri, SP: Manole.

Mello, D. & Souza A. L. (2005 Jan-Apr). A experiência como intervalo para novas visibilidades. In *Psicologia Social* 17(1). Disponível em: www.scielo.com.br Visitado em 27dezembro 2006.

Organização Mundial de Saúde (1993). Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10. Descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre: Artes Médicas.

Roudinesco, E. (1998). *Dicionário de Psicanálise* (1ª. ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Santos, B.S. (1996). *Pela mão de Alice: O social e o político na pós modernidade* (2ª. ed.). São Paulo: Cortez.

<http://www.maxi-in.com.br>.

<http://www.propagandasembebida.org.br>

<http://www.planalto.gov.br/ccivil/ Ato2004-2006/2006/Lei/L11343.htm>

Recebido: 17/04/2007

Avaliado: 04/06/2007

Versão final: 20/06/2007

Aceito: 22/06/2007